



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 170 - Setembro 2011

NOSSA OPINIÃO

- **21 de setembro: uma homenagem a Ricardo Carrere e a todos que lutam contra as Monoculturas de Árvores e em defesa da vida!**

EM MEMÓRIA DO NOSSO AMIGO RICARDO

- **En souvenir de Ricardo Carrere...**

DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA AS MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Fatores de expansão das plantações florestais**
- **Rejeição à iniciativa do WWF: Projeto de Plantações de Nova Geração**
- **Indonésia: dívidas, plantações e resistência**
- **Índia: mulheres tribais de Kaimur plantam árvores nativas para protestar contra a iniciativa governamental de plantação de árvores financiada pela JICA**
- **Moçambique: a expansão das plantações de árvores**
- **Dendezeiros em Benim: da produção em pequena escala por conta das mulheres à indústria corporativa em grande escala**

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- **No Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores vamos definir a floresta com seu verdadeiro significado**

NOSSA OPINIÃO

- 21 de setembro: uma homenagem a Ricardo Carrere e a todos que lutam contra as Monoculturas de Árvores e em defesa da vida!

No último dia 16 de agosto, perdemos o querido companheiro Ricardo Carrere. Se por um lado temos que lidar com a perda de um grande companheiro e amigo, por outro lado, Ricardo nos deixou um legado enorme.

Percebemos isso nas inúmeras mensagens que temos recebido de colegas e amigos de longa data. Mas nos chamou a atenção também uma grande quantidade de mensagens de pessoas que encontraram com Ricardo poucas vezes. Esses

momentos, mesmo de curta duração, deixaram marcas duradouras nessas pessoas, como mostra o artigo publicado neste boletim, escrito por Julien-François Gerber e Sandra Veuthey, sobre Ricardo.

No editorial deste boletim, dedicado ao Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, queremos ‘dialogar’ um pouco com as palavras dedicadas pelo próprio Ricardo nesses últimos anos a esse Dia como uma forma de homenageá-lo, mostrando algumas das muitas ideias e reflexões nos livros, publicações e artigos que escreveu e nos generosamente deixou.

Ricardo sempre se dedicou com seu habitual entusiasmo ao Dia Internacional de Luta, criado num encontro de comunidades impactadas por Monoculturas de Árvores no Brasil em 2004. Vale lembrar que, no Brasil, o dia 21 de setembro é o dia da árvore.

Qual, na visão do Ricardo, é o objetivo do Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas? Ricardo escreve que: *“Neste dia 21 de setembro, nosso objetivo é dar visibilidade aos inúmeros povos que lutam contra as plantações, como uma forma de romper o círculo de silêncio e permanecer do lado deles nessa situação premente. Ao mesmo tempo, nosso objetivo é divulgar tanto quanto for possível a evidência que surge dessas lutas no tocante aos impactos ambientais e sociais que resultam dessas plantações. Isso tudo significa que é nosso objetivo debilitar o apoio às plantações por parte dos governos e desvendar aqueles que dão credibilidade às plantações ou que desinformam o grande público sobre esta questão.”* (Boletim WRM, setembro 2008)

Para Ricardo, era um princípio sempre estar ao lado das comunidades impactadas, com as quais ele aprendeu e se convenceu dos graves impactos negativos das monoculturas de árvores, algo que sempre buscava transmitir de forma simples e clara: *“O conhecimento adquirido durante as últimas décadas, do fato de que as plantações são estabelecidas à custa dos meios de vida e o meio ambiente das populações locais, tem alcançado um nível tal de certeza que já não pode continuar sendo ignorado. Em cada vez mais países, as monoculturas de árvores têm resultado na perda líquida de empregos, migração forçada ou “voluntária”, apropriação de enormes áreas de terra por empresas nacionais e transnacionais, esgotamento e poluição de recursos hídricos, perda de biodiversidade, empobrecimento do solo, destruição de ecossistemas locais –florestas ou pradarias- e em muitos casos, em violações aos direitos humanos, incluindo a repressão, a prisão e até a morte.”* (boletim WRM, setembro 2006)

Um dos argumentos do Ricardo para justificar a importância do Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores era o fato de que, para muita gente, plantar árvores é considerado uma coisa boa. Escrevia que *“muitas pessoas, nos países do Sul e do Norte, desconhecem completamente os impactos sociais e ambientais decorrentes das monoculturas de árvores em grande escala e acreditam que uma plantação de árvores é sempre positiva. Também desconhecem o fato de essas plantações não terem como objetivo a melhora dos meios de vida das comunidades locais, e sim a satisfação do consumo esbanjador nos países do Norte.”* (boletim WRM, setembro 2008)

E diagnosticando os motivos para tal situação: *“Esta situação resulta de uma combinação de fatores, entre eles o fato de as vozes das comunidades locais que lutam contra as plantações serem silenciadas através do temor, a repressão ou serem ocultadas por parte da mídia. Tanto a repressão e o medo quanto a invisibilidade na mídia resultam do poder econômico e político das empresas plantadoras, geralmente envolvidas também com investimentos nos setores da indústria da celulose, madeira, óleo de dendê ou borracha.”* (boletim WRM, setembro 2008)

Ricardo espantava-se com as táticas das empresas de invadirem os territórios dessas comunidades, utilizando promessas e argumentos científicos falsos: *“O fato de que nenhum desses argumentos tenha qualquer fundamento científico não tem sido qualquer obstáculo para que sejam divulgados como “verdades científicas”, não apenas pelos diretamente beneficiados –as empresas- mas também por todo o aparelho técnico-burocrático –nacional e internacional- colocado a seu serviço. Nesse processo, a sabedoria local tem sido descartada como “ignorância” e a verdadeira ignorância tem sido elevada ao pedestal de “ciência.”* (Boletim WRM, setembro de 2009)

Resumia a situação assim: *“Em suma, o estabelecimento dessas grandes monoculturas de árvores constitui uma guerra contra os povos e a natureza. O grande exército verde invade, destrói e reprime as populações locais, cujo único “crime” consiste em defender o que lhes pertence diante do invasor.”* (Boletim WRM, setembro de 2010).

Comenta ainda que: *“Finalmente, queremos salientar que a luta contra as plantações foi imposta nas comunidades, e que elas, de fato, estão protegendo seu sustento e o ambiente contra a cobiça empresarial. É uma luta que precisa ser desenvolvida a fim de proteger as florestas, pradarias, zonas úmidas, biodiversidade, solos, água e as pessoas, tudo o que vem sendo afetado pelas vastas monoculturas de árvores. Trata-se, em suma, de uma luta pela vida.”* (2008)

Para finalizar, no boletim do ano passado, o Ricardo fez uma homenagem a essas comunidades no mundo inteiro que lutam contra as monoculturas de árvores, dizendo: *“É por isso que neste dia 21 de setembro queremos homenagear os povos que lutam pela defesa de seus territórios, e fazer um apelo a redobrar esforços para apoiá-los na justa defesa por seus direitos”.*

Este 21 de setembro de 2011, queremos incluir o Ricardo nesta homenagem, sendo que para o WRM o apoio a essas lutas continuará sendo uma prioridade central.

Obrigado por tudo e hasta siempre, Ricardo!

início

EM MEMÓRIA DO NOSSO AMIGO RICARDO

- En souvenir de Ricardo Carrere...

Ricardo Carrere faleceu na madrugada do dia 16 de agosto de 2011, em decorrência de um câncer pulmonar que sofreu durante algum tempo, e cuja evolução quis manter tão discretamente quanto possível. Em poucos dias tudo correu aceleradamente e a triste notícia nos tomou completamente de surpresa.

Acreditamos que Ricardo Carrere deixará uma marca indelével. Primeiramente, para todos nós que tivemos o privilégio de conhecê-lo, ele personificava uma rara combinação de humildade, generosidade e bondade do coração. Dele emanava uma espécie de frescor juvenil e a capacidade de ouvir os outros. Duas qualidades muito raras. Ele sempre manteve intata uma forma de fervor contagioso a respeito da valia de ser um ativista e a capacidade de ficar indignado diante de qualquer injustiça.

Assim, do ponto de vista político, a vida de Ricardo Carrere foi extraordinária. Sua importância, talvez sem que ele mesmo a percebesse, será considerada essencial na história do ambientalismo global.

Em sua juventude, Ricardo se interessou por política. No final da década de 50, os uruguaios sofreram uma queda severa no padrão de vida, o que levou à militância estudantil, à agitação trabalhista e ao surgimento dos Tupamaros. Como as forças policiais se tornaram mais opressivas, os conflitos sociais aumentaram, e em 1973, o exército tomou o controle do congresso e estabeleceu um regime militar. Foi nesse contexto que Ricardo foi detido e encarcerado durante sete anos, devido a ser integrante do partido comunista (maoísta). Ele não gostava de falar sobre essa experiência, mas nós sempre pensamos que essa extraordinária paixão pela vida e pela justiça foi o resultado desses anos passados na prisão. Após sua libertação, foi ao encontro de sua filha em Londres onde viveu durante um tempo.

Ricardo Carrere personifica essa geração de ativistas sociais que descobriram a crítica ambiental do capitalismo e que, a partir de então, não podiam agir como se nada soubessem. Pensamos que Ricardo nunca perdeu o radicalismo de sua juventude. Ele encontrou nos movimentos socioecológicos do Sul uma arena vasta e negligenciada das lutas contemporâneas às quais decidiu dedicar seu apoio ao longo da vida.

Mesmo que ele nunca tenha pensado em se colocar em primeiro plano, Ricardo ficou muito conhecido por ser o 'líder carismático' do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), embora ele não tenha sido seu fundador. Sob seu impulso, o WRM se tornou a rede ativista mais influenciadora com especialização em florestas tropicais. Criada em 1986 e com sede em Montevideu, transformou-se em uma ONG internacional com muitas ramificações, e envolveu-se na defesa das florestas tropicais do mundo todo, garantindo as terras e os meios de vida das comunidades que habitam as florestas, e promovendo o manejo florestal comunitário. O WRM é especialmente conhecido por denunciar- em particular em seu boletim mensal- os impactos da extração comercial de madeira, das barragens, da mineração, das plantações, da criação de camarões, e de outros projetos que destroem as florestas no mundo inteiro. O boletim, em quatro idiomas, é uma ferramenta para dar voz às comunidades e grupos que sofrem esses impactos e, ao mesmo tempo, para divulgar, em linguagem compreensível, informações sobre as florestas e sobre questões com elas relacionadas. Posteriormente, Joan

Martinez-Alier sugeriu que Ricardo Carrere fosse um dos fundadores do Global Environmental Justice Movement.

Ricardo foi realmente um internacionalista. Nunca se limitou às fronteiras nacionais. Mesmo tendo estudado silvicultura convencional no Sul da França, ele se tornou um dos mais fortes opositores à 'revolução verde' caracterizada pelo modelo de plantações industriais de árvores. Ao expandir-se no mundo todo e particularmente no Sul, tais plantações, promovidas como 'florestas plantadas' pela FAO, geraram inúmeros impactos negativos no âmbito social e ambiental sobre as comunidades locais. Suas críticas sobre as plantações industriais de árvores ficaram famosas no mundo inteiro.

Por acaso, os conflitos sociais causados por essas plantações também foram um tópico de dissertação doutoral para um de nós (J.-F.G). Em 2006, quando estávamos desenvolvendo uma pesquisa no Sul de Camarões sobre a resistência local às monoculturas de dendezeiros e seringueiras, Ricardo escreveu para J.-F.G dizendo que queria ter um olhar mais próximo sobre o que estava acontecendo lá visto que ele não tinha muita experiência na África Central, ele disse. Organizamos assim uma viagem de 5 dias pela região. E foi a primeira vez que nos encontramos. Para nós, um encontro rico e inesquecível. No aeroporto, ele chegou com sua mala pequena, que ocupava em sua maioria com os apetrechos do tradicional chimarrão. Seus brilhantes e expressivos olhos nos afagam.

Durante o dia, nós conversamos com camponeses Bantu, trabalhadores das plantações e com os caçadores coletores Bagyeli. E durante as longas noites em Kribi todos três falamos sobre política, pesquisa e experiências pessoais. Sua humanidade e sua capacidade de gerar contato com pessoas de diferentes procedências era incomum.

Ricardo sempre foi bastante cético a respeito do valor da ciência sem nenhum envolvimento político direto do pesquisador. Ele nos disse que tinha se conscientizado dos impactos das monoculturas industriais de árvores ao ler os livros de Vandana Shiva no final da década de 80. Com Larry Lohmann, publicou um livro emblemático, 'Pulping the South' (1996), que se transformou em um clássico da literatura ambientalista. Esse livro contém as premissas teóricas do 'ambientalismo dos pobres', inclui estudos de caso bem documentados do mundo todo, e também apresenta uma visão político- prática muito útil para os ativistas.

Dois anos depois dessa publicação, o WRM lançou sua campanha contra as monoculturas industriais de árvores. Essa campanha visa a gerar consciência e a organizar a oposição a esse tipo de desenvolvimento florestal no mundo inteiro. Também exige que a FAO modifique sua definição de floresta- que considera que as plantações industriais de árvores são florestas- com um slogan bem forte e abrangente, desde o início da campanha, "As plantações de árvores não são florestas". Exige que os governos não incluam as plantações de árvores como sumidouros de carbono no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto. A campanha também é muito crítica sobre a certificação feita com base no mercado, os mercados de carbono e os agrocombustíveis. Por ser uma posição coerente, eticamente sólida e baseada no conhecimento de primeira mão dos ativistas locais, várias das principais organizações internacionais, tais como o FSC,

CIFOR ou a FAO, não podem se dar ao luxo de ingorá-la. Nesse sentido, o impacto do WRM é surpreendentemente importante haja vista sua linha política 'anticapitalista'. Durante a campanha, Ricardo escreveu alguns artigos memoráveis, especialmente seu 'Dez respostas a dez mentiras' (1999)

Depois de sua visita de campo a Camarões, Ricardo voltou várias vezes à África. Nós trocamos emails e textos constantemente e nos encontramos novamente em Johannesburgo e Quito. Ele nunca perdeu seu entusiasmo. Ele escreveu a J.-F.G no ano passado contando como ele estava aprendendo ao falar com as pessoas sobre o dendezeiro nas áreas rurais da África Central. Para nós, Ricardo é um exemplo da lucidez e humanidade do 'conhecimento ativista'. Ele foi um dos melhores ecologistas políticos do mundo. Seu espírito radical permanecerá vivo.

Julien-Francois Gerber & Sandra Veuthey

[início](#)

DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA AS MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Fatores de expansão das plantações florestais

Vivemos tempos de sobreaquecimento. Talvez o clima seja a expressão mais notória de uma aceleração econômica que tem sobreaquecido os motores, queimando tudo com o seu passar. Em umas poucas décadas a produtividade tem crescido enormemente. Surgiram as economias de escala, um aumento na acumulação de capital, as fusões crescentes de empresas, a expansão dos mercados, a globalização.

Neste cenário, em que o poder se concentra e as desigualdades se intensificam, as economias nacionais muitas vezes acabam submetidas ao poder de gigantes transnacionais, e são priorizadas, fomentadas e habilitadas aquelas formas produtivas que são funcionais para o modelo e, cada vez mais, para a especulação financeira. Obviamente, trata-se de produções a escala, com grande produtividade no curto prazo, com grande investimento de capital privado, corporativo, geralmente com uso intensivo de pacotes tecnológicos, com acesso a mercados grandes ou médios.

Na outra ponta da cadeia, e fechando um círculo vicioso, são criados mercados de altíssimo consumo. A renovação das mercadorias chega a ter em alguns países- onde estão os maiores mercados de consumo- um ritmo vertiginoso: tudo é usado e jogado fora, renova-se rapidamente, vem embalado, pronto para comer, desde os mais distantes confins do mundo até as gôndolas do supermercado. Precisa-se, cada vez, de mais ferro, mais madeira, mais celulose, mais energia. O planeta tornou-se um gigantesco mercado impessoal, sem a graça dos aromas e as trocas do "bazaar"... Corporações que produzem, corporações que transportam, corporações que vendem.

Obviamente, as economias locais, a gestão comunitária, a posse coletiva não têm

cabimento nos planejamentos que priorizam as exportações, a macroeconomia, o investimento de capitais.

Parece que ninguém contabiliza os custos “externalizados” do gasto maciço de água, a perda de nutrientes do solo, a destruição de ecossistemas, o apetite voraz de combustíveis fósseis com a decorrente liberação irreparável de carbono, o caos social que acarreta a expulsão e marginalização de comunidades, a perda de rumo na busca do bem-estar ou do “estar bem”.

A indústria da celulose e do papel

O setor florestal tem estado imerso neste processo. Desde meados da década de 1990, o consumo de papel e papelão vem acelerando-se, no início à custa principalmente das florestas tropicais, como no caso da Indonésia e Malásia. A indústria da celulose e do papel começou a expandir-se e com ela o florestamento industrial, basicamente dominado por grupos do Norte, onde é produzida grande parte do total mundial de madeira para celulose e onde é registrado o maior consumo de papel. Mas as plantações industriais de árvores de rápido crescimento (principalmente eucaliptos), em regime de rotação relativamente curto (entre 6 e 10 anos conforme a região), foram instaladas no Sul e se expandiram à custa de diferentes ecossistemas como a floresta nativa, no caso do Chile, ou a pradaria, na África do Sul e no Uruguai. Posteriormente, o aumento da capacidade manufatureira habilitou também o surgimento de conglomerados do Sul.

A expansão da indústria florestal contou com contextos legais e a injeção de generosas subvenções diretas e indiretas bem como de isenções fiscais do Estado, que potenciaram o estabelecimento das plantações de monoculturas de árvores, como ocorreu no Chile, Brasil, Uruguai, Nova Zelândia, Indonésia, Vietnã, Quênia, por citar alguns exemplos. Em todos os casos beneficiaram-se poderosos interesses privados- em alguns foram grandes capitais nacionais, em outros, desembarcaram os investimentos estrangeiros.

Vários outros atores têm sido fundamentais para a expansão do florestamento. A FAO, em especial, colocou a seu serviço a parafernália tecnológica da “Revolução Verde” e sua influência, contribuindo a disfarçar as monoculturas florestais de “florestas”, com a definição que as caracteriza como “florestas plantadas”.

As consultoras- como a finlandesa Pöyry- fizeram sua parte na promoção, pesquisa, planejamento e design de fábricas de celulose e papel e de plantações florestais.

Por sua vez, as agências bilaterais- entre as quais salienta a japonesa JICA-, as agências governamentais de créditos para o investimento e a exportação, e as agências multilaterais contribuíram com financiamento de fácil acesso, tanto para as empresas plantadoras quanto para os governos que aplicaram planos de subsídios. Um exemplo é o Banco Mundial que forneceu créditos baratos para o estabelecimento de milhões de hectares de plantações de árvores. (1)

Novos atores: fundos especuladores

E de quem são as plantações? Além das mencionadas empresas da indústria da

celulose e do papel, novos atores do mundo financeiro irromperam com o investimento de milhares de milhões de dólares na compra de terras e o estabelecimento de plantações de árvores. Visando à diversificação de seus investimentos, instrumentos financeiros como os fundos de pensão, os TIMOs (sigla do nome em inglês Timber Investment Management Organizations), os T-REITs (sigla de Timberlands Real Estate Investment Trust), os fundos de cobertura (hedge funds) incursionaram no florestamento. Conforme dados de um relatório da FAO (2), seus investimentos em plantações de árvores teriam totalizado aproximadamente 50.000 milhões de dólares em 2007.

Os TIMOs, grupos de gestão de investimentos dos Estados Unidos, conformam uma estrutura que acumula fundos reunindo inúmeros investidores institucionais que talvez não estejam diretamente interessados em comprar e administrar as plantações, ou que podem querer investir pequenas quantias de seus fundos. Os TIMOs tendem a estabelecer fundos que investem por um prazo de uns dez anos.

Os T-REITs, fundos de investimento imobiliário, estendidos ao setor florestal, foram criados nos Estados Unidos e têm crescido rapidamente desde o ano 2000. Conforme o referido relatório da FAO, o maior proprietário privado de plantações florestais do mundo (Plum Creek) é um T-REIT. Desde 2004, os ativos de investimento de uma série de empresas florestais têm se reestruturado em instrumentos T-REIT, que resultam mais benéficos para os acionistas em matéria de impostos.

Ambos instrumentos financeiros- TIMO e T-REIT- têm investido, até agora, em um número relativamente limitado de países: Oceania, Chile, Brasil, África do Sul e Uruguai, onde o florestamento já está consolidado.

A partir de 2005 surgiu outro tipo de investidor florestal: os “fundos de cobertura”, instrumentos financeiros que operam com fundos de alto risco. A grande massa de dinheiro e de crédito existente no sistema financeiro mundial até meados de 2007 permitiu que estes fundos ultrapassassem a capacidade das empresas florestais, dos TIMOs e dos REITs para comprar grandes extensões de plantações de árvores, se bem que em geral são posteriormente revendidas.

Também surgiram vários fundos privados europeus que investem em plantações florestais na Europa e em outras partes do mundo. Alguns se formaram especificamente para investir no potencial mercado de carbono, uma das falsas soluções para a mudança climática criada pela renúncia do poder econômico e político global a atacar em sua raiz o problema do aquecimento global, causado pela liberação de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera em decorrência do insustentável consumo de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás).

Novos problemas com uma economia “verde”

É a mesma resistência que procurou o suposto atalho dos biocombustíveis, para continuar alimentando da mesma forma o sistema fagocitário da economia globalizada, só que com outro alimento. Novos problemas. A demanda de bioenergia na Europa, catapultada pela Diretiva do Parlamento Europeu de 2009

sobre energias renováveis- que fixa como objetivos obrigatórios nacionais uma quota de 20% de energia procedente de fontes renováveis no consumo de combustíveis para o transporte na Comunidade Europeia até 2020- provocou uma avalanche de investidores estrangeiros açambarcando terras na África, América do Sul e o sudeste asiático para estabelecer plantações de dendzeiros e de outras madeiras que forneçam lascas e pellets de madeira para a energia de biomassa.

Conforme um relatório do instituto de pesquisa ILED (3), só em 2011 foram inauguradas 5 grandes fábricas de pellets no Canadá, Rússia, Noruega e os Estados Unidos, com uma capacidade total combinada de aproximadamente três milhões de toneladas. Em relação ao fornecimento, a mesa está servida na África. Várias empresas estão desembarcando no continente para estabelecer plantações ou replantar as existentes, com esse fim. Foram assinados tratados para a produção de lascas para sua exportação à Europa e outros lugares, replantando antigas plantações de borracha em Gana e Libéria.

O mencionado relatório cita alguns casos de investimentos em plantações de árvores que se sabe estão destinadas total ou parcialmente para energia de biomassa, com a participação não apenas do setor privado mas também dos Estados- investimentos americanos: 60.700 h na Guiana, 5.000 h em Gana, 11.700 h na Índia, 60.700 h na Guiana; investimentos europeus: 126.000 h em Moçambique; investimentos de Coréia do Sul: 60.000 h no Camboja, 200.000 h na Indonésia (esta última entre governos).

As plantações para biomassa têm a ductilidade de poder destinar-se a diversos mercados, conforme o andamento dos preços: se caem os preços da energia podem servir para vender madeira ou celulose, ou bem créditos de carbono. ILED cita o caso da empresa norueguesa Green Resources Ltd., que adquiriu terras em Moçambique e Tanzânia para estabelecer plantações de árvores que abrangem justamente essas três atividades econômicas.

Dentro das novas tendências que podem incidir em um aumento das plantações está o mecanismo REDD+ (vide Boletim nº169 do WRM), que concebe a plantação de árvores como uma estratégia de redução das emissões de carbono. O governo da Indonésia já anunciou que, a tais efeitos, serão plantados milhões de hectares de árvores, que são qualificados como “novas florestas”- uma aberração apadrinhada pela FAO.

Também o que foi chamado de “bioeconomia” resulta uma ameaça. Trata-se de um plano para criar tudo- desde plásticos a combustíveis e têxteis- a partir de árvores e outras fontes de celulose que complementem os combustíveis fósseis. Para isso seriam usadas tecnologias perigosas como a engenharia genética, a biologia sintética e a nanotecnologia.

Por último, a Economia Verde, um conceito que entra pela porta grande na próxima Cimeira Rio+20 que será celebrada no Rio de Janeiro em junho de 2012, está tomando um significado que mais uma vez tornará ilegítimo qualquer intento de mudança. Fala-se muito das novas oportunidades comerciais que trará a Economia Verde, de investimentos em recursos chave- água, energia renovável, biodiversidade, florestas (e com certeza estão incluídas as plantações)-, de

mobilizar recursos financeiros, de estimular a participação do setor privado com o apoio do gasto público. O PNUMA pode falar de investir no florestamento "sustentável", mas sabemos muito bem que se não é questionado e rejeitado o modelo em grande escala e de monocultura que resulta tão rentável para os grandes capitais quanto destrutivo para as comunidades locais e o ambiente, não serão mais que palavras falsas.

Estamos em um momento crucial, um cruzamento de caminhos. A humanidade pode continuar sendo puxada para o abismo pela poderosa força dos interesses comerciais que por si sós não desandarão seu caminho, ou pode ter a coragem de mudar o rumo atual e retomar o princípio ético do interesse coletivo, o bem comum, a interdependência com a natureza. Desde o WRM, trabalhamos para isto último. Que isto aconteça.

Por Raquel Núñez Mutter, WRM, raquelnu@wrm.org.uy

(1) Dados de "El papel del Sur. Plantaciones forestales en la estrategia papelera internacional", Ricardo Carrere e Larry Lohmann, <http://www.wrm.org.uy/plantaciones/material/PapelSur.pdf>

(2) "Corporate private sector dimensions in planted forest investments", D.A. Neilson, <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/i0627e/i0627e09.pdf>

(3) "Biomass energy: Another driver of land acquisitions?", Lorenzo Cotula, Lynn Finnegan and Duncan Macqueen, The International Institute for Environment and Development (IIED), agosto de 2011, <http://pubs.iied.org/pdfs/17098IIED.pdf>

[início](#)

- Rejeição à iniciativa do WWF: Projeto de Plantações de Nova Geração

Em ocasião do Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, a Rede Latinoamericana contra as Monoculturas de Árvores (RECOMA), uma rede de organizações latinoamericanas cujo objetivo fundamental é coordenar atividades para se opor à expansão das monoculturas florestais em grande escala na região e que conta com representantes de vários países latinoamericanos, junto com diversas organizações e ativistas sociais, estão fazendo um apelo público a rejeitar a iniciativa denominada "Projeto de Plantações de Nova Geração" (NGPP por sua sigla em inglês (1)), promovida pela organização conservacionista Fundo Mundial para a Natureza (WWF, por sua sigla em inglês).

O apelo alerta o seguinte:

"De acordo com a informação disponível em seu site, o WWF afirma que "não é possível prescindir do comércio atual das commodities(2) e os serviços que fornecem as plantações de árvores", e ainda mais, apresenta a necessidade de melhorar o modelo florestal atual para manter tal fluxo, conservar os ecossistemas prístinos e respeitar os direitos das comunidades. E para consegui-lo considera que basta com melhorar o manejo das plantações.

Contudo, é o comércio atual de commodities e, mais amplamente, o modelo de produção e consumo atual que está na raiz dos problemas que a humanidade sofre atualmente. E em nenhum momento o WWF faz uma crítica a este modelo ou se apresenta uma mudança. Quer acreditar ou fazer acreditar que por um ato de mágica serão resolvidas as contradições intrínsecas do florestamento industrial: concentração da terra, despejo de comunidades locais e exclusão de outras formas produtivas, esgotamento da água e do solo.

Os prejuízos sociais e ambientais das plantações- em relação inversamente proporcional ao lucro das corporações- estão diretamente relacionados com o 'modelo florestal' de escala industrial e em regime de monocultura, ao qual o WWF faz referência. Por isso, as grandes corporações florestais sempre usaram todas as estratégias possíveis para maquiar de verde suas atividades. E o WWF cai como uma luva para tal fim. A única preocupação desta organização parece ser manter e ampliar os mercados atuais das plantações.

Além disso, uma grande parte do NGPP está voltada a abrir as portas ao mercado do carbono e a energia para as plantações florestais, permitindo assim que ainda mais terras férteis das que milhões de pessoas na América Latina dependem para sua sobrevivência sejam ocupadas por grandes corporações.

A iniciativa NGPP envolve um grupo de corporações do setor florestal (CMPC – Forestal Mininco, Masisa, Fibria, Masisa, Mondi, Portucel, Sabah Forest Industries, Stora Enso, Veracel, UPM-Kymmene) bem como a Administração Florestal do Estado da China, a Comissão Florestal do Reino Unido e a Iniciativa Florestal da Suécia.

No site da Iniciativa é mostrada uma série de exemplos de plantações industriais no mundo todo, que têm ajudado a "*conservar a biodiversidade*". Dos nove casos em destaque, cinco correspondem a plantações de árvores na América Latina que pertencem às empresas UPM (caso de estudo no Uruguai), Veracel/ Stora Enso e Fibria (dois casos no Brasil), Masisa (Argentina) e CMPC/ Forestal Mininco (caso no Chile). Todas e cada uma destas empresas acumulam em seus prontuários denúncias por parte das comunidades locais, que obviamente o WWF optou por ignorar.

As denúncias incluem a violação dos direitos das comunidades indígenas e tradicionais a seus territórios, a ocupação ilegal de territórios, a destruição de valiosos ecossistemas e fontes de água, a substituição de terras para a produção de alimentos por plantações, entre outras.

Desde a RECOMA e outras organizações e ativistas abaixo assinados denunciemos este tipo de manipulações como uma forma de servir aos interesses mercantis de empresas que não duvidam em violentar os direitos das comunidades onde impõem suas monoculturas de árvores. Ao mesmo tempo fazemos um apelo público a todos os movimentos e organizações sociais a rejeitar este projeto do WWF.

Lançamos este comunicado como parte das ações do Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, ao tempo que lembramos Ricardo Carrere, quem durante sua vida e trabalho no WRM e na RECOMA ajudou a incentivar a luta contra as plantações de árvores e seus impactos negativos reivindicando os direitos das comunidades locais e dos Povos Indígenas sobre seus territórios.

21 de setembro de 2011

Notas:

(1) vide o site do projeto em: <http://newgenerationplantations.com/>

(2) termo anglo- saxão utilizado para definir aquelas mercadorias comercializável a granel nos mercados financeiros internacionais

início

- Indonésia: dívidas, plantações e resistência

As plantações industriais de árvores frequentemente têm se expandido de forma direta através da apropriação de terras e através da compra manipulada de terras. Mas existe um terceiro tipo de mecanismo pelo qual tal expansão ocorre indiretamente, um mecanismo que é menos conhecido embora seja provavelmente tão importante- se não mais- que os dois anteriores: as relações de dívida. Este curto artigo pretende esclarecer este mecanismo com especial referência às plantações comerciais de árvores na Indonésia.

No nível do pequeno agricultor

Na Indonésia, como em outras partes, muitos camponeses ficam endividados pelo estabelecimento de plantações de árvores em pequena escala (dendezeiros, seringueiras, acácia, café, cacau, etc.). Cerca de um terço das plantações de dendezeiros na Indonésia, por exemplo, está manejada por pequenos proprietários que possuem menos de 5 hectares. Isso representa cerca de 2,5 milhões de hectares e grande parte da futura expansão irá ocorrer em decorrência da produção em pequena escala.

O que há por trás desses fatos aparentemente inofensivos? E por que os camponeses pediram um empréstimo em primeiro lugar? Na realidade, os camponeses precisam de algum dinheiro para os cuidados sanitários, a escolarização e a compra de mercadorias (roupas, sabão, combustível, etc.). Eles então plantam algumas lavouras comerciais. Mas o preparo da terra (canais de drenagem, construção de terraços), o maquinário, as mudas, os fertilizantes e pesticidas são custosos. Poucos camponeses podem arcar com essas despesas e são obrigados a pedir empréstimos, geralmente através de empresas plantadoras regionais. O pequeno proprietário acaba vinculado por contrato a uma companhia determinada à qual deve entregar sua produção a preços específicos. Tais acordos incluem as várias formas de programas de pequenos proprietários de estabelecimentos núcleo, privados ou estatais. Às vezes, eles estão limitados ao fornecimento do crédito por parte da empresa, mas geralmente também está envolvida a venda de mudas e agroquímicos.

Em tais programas, as empresas são oficialmente apresentadas como os heróis do desenvolvimento. Tais programas 'terceirizados' de crédito deveriam providenciar assistência decisiva aos pequenos produtores- o que em alguns casos é verdade-, mas também representam um mecanismo poderoso de controle e disciplina. Em muitos casos, esses programas nada mais são do que uma estratégia de expansão, talvez a mais proeminente de todas atualmente na Indonésia. Incapazes de atingir seus objetivos financeiros, os pequenos proprietários acabam vendendo as terras remanescentes à companhia. Como Karl Marx (1867) observou há muito tempo, "o sistema de crédito, que em suas primeiras fases entra furtivamente como o assistente modesto da acumulação, [...] é finalmente transformado em um enorme mecanismo social para a centralização de capitais" que inclui terras neste caso.

É importante perceber que quando um pequeno produtor assina um contrato de crédito, já não será livre. Sob uma forma de estresse constante, o endividado é obrigado a "fazer as coisas bem feitas", isto é, ele ou ela deve produzir o suficiente para garantir o reembolso em tempo do empréstimo e o pagamento dos juros. Isso não é uma questão menor. Cada lar endividado é levado pouco a pouco a priorizar suas necessidades e fazer escolhas às vezes dolorosas entre as despesas socioculturais e os investimentos produtivos. Muitos deles devem trabalhar mais e inclusive comprometer-se em empregos assalariados temporários ou de meio período em outros lugares a fim de garantir os pagamentos na data certa. Se eles falharem nisso, eles podem perder suas terras que representam seus únicos meios de produção. As companhias obviamente entenderam muito bem a vantagem de ter os pequenos produtores amarrados em dívidas. Em consequência disso, eles tentam permanecer tanto quanto possível na posição de credores, às vezes recorrendo a práticas desonestas (por exemplo, escondendo o montante que resta do empréstimo ou convencendo os camponeses a pedir outro empréstimo).

Essas dívidas rurais contribuíram fundamentalmente à mudança dos modos de vida tradicionais. Um pesquisador informou que as conversas no povoado "poucas vezes deixava de levantar declarações com queixas pela diminuição da cooperação entre os "moradores" e enfatizou o fato de que "as pessoas no povoado estão se tornando cada vez mais calculadoras (berkira) em sua abordagem de questões monetárias (citado em Scott, 1985). A respeito do efeito na comunidade, há uma pressão contra as terras comunitárias tradicionais porque o crédito é impossível de pagar a menos que parte das terras comunitárias seja usada como colateral. Além desses impactos socioculturais, a dívida dos camponeses também criou novas pressões sobre o meio ambiente. Wilson (2010) escreve que "se os camponeses têm acesso ao crédito, particularmente com alta taxa de juros, a crescente produtividade anual se torna vital para que eles sejam capazes de pagar suas dívidas"- o que também envolve crescente poluição e maior simplificação do ecossistema.

No nível das companhias plantadoras

As companhias também podem acabar presas em dívidas. As pesadas dívidas das empresas plantadoras são notórias na Indonésia. Talvez o exemplo mais famoso seja a Ásia Pulp & Paper (APP), o maior produtor de papel do país. Suas plantações foram estabelecidas entre a segunda metade da década de 1980 e a

década de 1990 em uma concessão de 300.000 hectares. Com dívidas de US\$ 13,9 bilhões em 2006, a APP está sujeita a uma extraordinária pressão financeira e legal para expandir suas operações independentemente dos custos sociais e ecológicos. Matthew e Gelder (2001) apontam que “o processo da APP para resolver grandes dívidas com credores estrangeiros tem estado ligado a maior expansão de suas operações de processamento. A APP tem, por exemplo, financiado sua crescente dívida em parte outorgando mais financiamento para apoiar a nova expansão de suas instalações de papel e polpa. Tal círculo vicioso de destruição devida ao endividamento tem levado diretamente à destruição florestal”.

Estima-se que as atividades da APP resultaram em um milhão de hectares de florestas tropicais que se perderam desde o início de suas operações, mas, ao que parece, a companhia continua hoje dependendo fortemente da madeira das florestas naturais- muitas vezes antes de transformá-las em plantações. Presa nessa dinâmica incentivada pela dívida, a APP é também conhecida por violar os direitos das populações locais que dependem das florestas. Barr (2004) estima que 60.000 hectares de suas plantações estão sob reclamação das comunidades vizinhas. Desde que Suharto foi forçado a sair de seu cargo em 1998, os membros das comunidades que antes não tinham poder começaram a protestar abertamente pela perda de suas terras tradicionais e seus meios de vida, sendo que algumas vezes foram gerados violentos conflitos (HRW, 2003).

As práticas dos credores internacionais são obviamente uma importante razão do problema. O grande endividamento da APP foi baseado na suposição de que o pagamento seria possível graças ao acesso a um fornecimento ilimitado de madeira barata das florestas naturais e das plantações de árvores para polpa- algo que foi possível no passado pelo apoio militar. O ponto importante aqui é entender a conexão entre o endividamento das corporações, a destruição socioecológica e os conflitos sociais.

Conclusão

Em nível familiar, em muitas partes do Sudeste da Ásia, inclusive na Indonésia, as relações de dívidas têm sido um mecanismo central promovendo a concentração de terras em mãos de alguns poucos. Têm, portanto, estimulado processos de diferenciação social pelos quais os pequenos produtores perderam suas terras e se tornaram posseiros ou trabalhadores assalariados. Tais processos ainda estão em andamento atualmente no setor das plantações na Indonésia. Nem sempre é fácil de observar já que pode tomar diferentes formas, algumas vezes muito informais.

No nível das companhias, as dívidas têm também um papel importante. Forçam as companhias a aumentar agressivamente sua produção a fim de pagarem os credores, geralmente dos países industrializados. Por isso, encorajam a expansão e a intensificação das plantações. Em escala maior, tais pressões são comparáveis ao que acontece no nível familiar. Em qualquer caso, o setor financeiro- tanto local, nacional ou global- é capaz de controlar e disciplinar seus clientes e acaba sendo o principal vencedor.

Por Julien-François Gerber

Referências

- Barr, C., 2004. Risk analysis and impact assessment for pulp and plantation investments: the case of Indonesia. Bogor: Center for International Forestry Research.
- Human Rights Watch (HRW), 2003. Without remedy: human rights abuse and Indonesia's pulp and paper industry. New York: HRW.
- Marx, K., 1976 [1867]. Capital. Vol. 1. New York: Vintage.
- Matthew, E. & J. van Gelder, 2001. Paper tiger, hidden dragons. London: Friends of the Earth.
- Scott, J., 1985. Weapons of the weak. New Haven: Yale University Press.
- Wilson, B., 2010. Indebted to fair trade? Coffee and crisis in Nicaragua. Geoforum, 41(1): 84–92.

[início](#)

- Índia: mulheres tribais de Kaimur plantam árvores nativas para protestar contra a iniciativa governamental de plantação de árvores financiada pela JICA

Centenas de árvores de espécies nativas usadas por comunidades locais- tais como lilás-da-Índia, limoeiro, acácia branca, groselha indiana, manga, amêndoas e maurá- foram simbolicamente plantadas na sede do Tribunal Distrital em Robertsganj, capital do distrito de Sonbhadra no estado nortista da Índia, Uttar Pradesh, no dia 4 de julho de 2011 por mulheres tribais como protesto contra a iniciativa de plantações de árvores empreendida pelo Departamento Florestal, com financiamento da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

Esta ação faz parte do programa comunitário de plantação de árvores desenvolvido em grande escala sob o estandarte do Fórum Nacional dos Povoadores e Trabalhadores da Floresta (NFFPFW) e a organização local Kaimur Kshetra Mahila Mazdoor Sangarsh Samiti, em todas as terras que foram reclamadas por povos tribais na região de Kaimur de Sonbhadra, Uttar Pradesh, Jharkhand and Bihar nos últimos anos. (1)

A região Kaimur é conhecida por sua rica floresta e seus recursos minerais. Em 2006 o governo da Índia promulgou uma revolucionária lei, a Lei de Reconhecimento dos Direitos sobre as Florestas de Tribos Registradas e outros habitantes tradicionais das florestas (Reconhecimento de Direitos Florestais), para reconhecer os direitos dos povos florestais que lhes foram negados desde a época colonial e para remediar as históricas injustiças que sofreram. A partir da aprovação da lei, tem havido um movimento cada vez maior para questionar o controle dominante exercido pelo Departamento Florestal.

A ênfase principal da Lei de Direitos Florestais (FRA) é fazer cumprir os direitos das comunidades a suas terras e ao manejo de suas florestas. Contudo, há um conflito direto entre a população e o Departamento Florestal que é relutante a permitir que eles reclamem a posse das terras que herdaram dos colonizadores. Para impedir a adequada implementação da FRA, o Departamento Florestal, através do Ministério do Ambiente e Florestas está colocando em andamento vários programas de

plantações de árvores, em nome do “florestamento”, financiado por empresas multinacionais e agências internacionais, sendo uma delas a JICA.

O projeto financiado pela JICA no estado de Uttar Pradesh (2) está previsto para ser desenvolvido durante oito anos e para operar em 14 distritos e 20 divisões florestais. Tal projeto não tem base legal, mas está sendo executado nas mesmas divisões florestais que estão sob a FRA. O Departamento Florestal, que controla 23% das terras em todo o país, receia que se a FRA for integralmente implementada, perderá controle sobre grande parte das terras. Há uma dura batalha entre as comunidades locais, especialmente os povos tribais e outros habitantes da floresta que dela dependem e o Departamento Florestal pelo controle das vastas florestas que atualmente entram na categoria de “direitos comunitários” conforme a FRA.

Cabe mencionar que o movimento pela reclamação territorial em toda a região de Kaimur nos últimos anos trouxe honra aos povos tribais e outros habitantes da floresta porque através desse movimento, eles implementaram a FRA a seu jeito, inclusive antes que a lei entrasse em vigor. Depois de cinco vitoriosos anos do movimento, os povos florestais foram bem-sucedidos na colheita de lavouras e no acesso a outros produtos florestais, inclusive nos anos de seca. Essas lavouras e produtos florestais providenciaram-lhes segurança alimentar, o que significa que já não são forçados a trabalhar como empregados vinculados nas terras dos senhores feudais que os usavam como escravos. Os povos tribais foram expulsos das áreas florestais pelo Departamento Florestal enquanto nos povoados eles estavam sujeitos à exploração pelos senhores feudais que tinham se apropriado de suas terras ancestrais. Através da reclamação de suas terras florestais, foram capazes de superar a pobreza e aumentar seus bens. Nesse movimento, as mulheres tiveram um papel exemplar, sendo as líderes e lutando contra o aparelho repressivo do estado e os senhores feudais a fim de reivindicarem seus direitos constitucionais.

Depois que os povos tribais conseguiram estabilidade na produção de culturas de grãos alimentícios neste ano, eles se comprometeram a plantar árvores para proteger seu sustento e o meio ambiente. Em 20 grupos onde as terras florestais foram reclamadas pelos povos tribais, um movimento liderado por mulheres planeja plantar mais de 10.000 árvores neste ano. Tal iniciativa é também uma forma de protestar contra a iniciativa de plantações do Departamento Florestal financiado pela JICA. O projeto da JICA deveria ser desenvolvido através da criação de comitês de Manejo Florestal Conjunto (JFM) que envolvem comunidades locais que dependem da floresta. Contudo, tais comitês são de fato formados por senhores feudais e a casta superior do povoado.

Esses comitês JFM não estão governados por nenhuma lei e estão trabalhando contra os comitês formados sob a FRA. Os comitês JFM estão plantando árvores em terras que os povos florestais estão reclamando ou das quais já obtiveram o título de posse de acordo com a lei. O resultado é uma situação de guerra de classes e castas nas áreas florestais devido aos projetos planejados pelo Departamento Florestal. Os povos florestais desafiaram abertamente esses comitês JFM para rejeitarem os planos nefastos.

A iniciativa de plantação comunitária de árvores empreendida pelas mulheres tribais é um movimento contra a iniciativa de plantação do Departamento Florestal financiado por agências estrangeiras para reivindicar seus direitos comunitários sobre as florestas. Uma enorme manifestação para exigir respeito a esses direitos foi realizada pelas mulheres tribais no dia 4 de julho em Robertsganj, capital do distrito de Sonbhadra. As mulheres vestiram sáris (uma peça de vestuário tradicional na Índia) verdes e vermelhos e cada uma levava uma muda de árvore. Depois da passeata através da capital, reuniram-se na sede do Tribunal do Distrito, onde plantaram as mudas em um grande parque dentro do área do tribunal. A plantação foi realizada com grande entusiasmo, como um festival com bonitas canções entoadas pelas mulheres.

A manifestação enviou uma forte mensagem para toda a região: que os povos tribais estão tomando o controle de suas florestas e que não permitirão que nenhuma companhia, o Departamento Florestal ou ninguém tire o controle deles. Essas mulheres também desafiaram o governo afirmando que se os direitos comunitários não forem reconhecidos elas próprias traçarão mapas para identificar os limites de suas terras florestais e tirarão a posse ao Departamento Florestal.

Sokalo Panika, uma mulher tribal, disse que a iniciativa de plantação do Departamento Florestal é um fracasso total: a plantação acontece só no papel e os comitês JFM são apenas comitês para fazer dinheiro. Rajkumari Bhuiya, outra mulher tribal, disse que a plantação de árvores estabelecida pelos comitês JFM são inúteis para a comunidade já que as variedades comerciais que eles plantam não são boas para as comunidades nem para o meio ambiente. O povo tribal começou a passar avisos, com base na FRA, a esses comitês JFM exigindo que detenham essas atividades de plantação. Caso contrário, realizarão ações contra eles conforme a 7ª Seção da FRA que estabelece que toda pessoa que for contra a lei será punida.

As mulheres entregam tais avisos de forma cerimonial, o que abala não apenas o Departamento Florestal como também todas as autoridades governamentais que não levaram a sério a implementação da FRA. Em grandes grupos, todas elas vestidas de sáris vermelhos, as mulheres colam os avisos em cada repartição dos comitês JFM, do guarda florestal, na delegacia e também nos departamentos de arrecadação. Cópias de cada aviso também são enviadas às Secretarias Florestais estaduais, a Rendas e Assuntos Tribais, aos chefes da Secretaria e do Ministério e aos ministros nacionais do Ambiente e dos Assuntos Tribais.

Mithai Lal Gond, uma líder tribal diz: “No passado, fomos avisados pelo Departamento Florestal para deixarmos nossa terra. Agora nós temos direitos e poder com a FRA, então, nós agora enviaremos avisos a esses departamentos por suas atividades ilegais.” Os povos tribais também enviaram avisos às agências de notícias apelando para que escrevam a seu favor e deixem de escrever a favor do Departamento Florestal. Os povos tribais adotaram uma estratégia com muitas frentes a fim de reivindicarem completamente seus direitos comunitários.

Roma, NFFPFW (Kaimur) / Human Rights Law Centre, Uttar Pradesh, India, e-mail romasnb@gmail.com, <http://jansangarsh.blogspot.com>

(1) Em 2007, ocorreu uma importante mobilização, liderada por mulheres, empreendida pelo povo Dalit e povos tribais para reclamar a perda de suas terras na região de Kaimur de Uttar Pradesh, Jharkhand e Bihar. As terras que os povos tribais têm ocupado durante séculos lhes foram roubadas pelos senhores feudais, o Departamento Florestal e vários projetos industriais antes e depois da independência. A reclamação das terras foi considerada como “a classe trabalhadora que pretende reaver seu espaço político perdido”. Através desse movimento, milhares de hectares de terra foram reclamados como posse coletiva pelos povos tribais. Essas terras também são cultivadas coletivamente pelas mulheres. Durante esse período, os líderes ativistas foram detidos e os processos foram movidos sob falsos cargos contra milhares de moradores da floresta, sendo 80% mulheres. A escritora deste artigo foi também detida durante um mês por ter liderado o movimento e imputada pela Lei de Segurança Nacional. Ela foi liberada pela Primeira Ministra Mayawati de Uttar Pradesh depois que o governo estadual descobriu que todos os processos movidos pelo Departamento Florestal e a polícia foram forjados. Isso foi a principal vitória para os movimentos populares e a partir de então, as mulheres Dalit e tribais têm estado à frente do movimento, desafiando o estado através de sua consciência política coletiva.

(2) O projeto JICA está sendo implementado no país todo. Aqui focalizamos apenas um estado, Uttar Pradesh. Para maiores informações, acesse:

http://www.jica.go.jp/english/operations/evaluation/oda_loan/economic_cooperation/2007/pdf/india07.pdf

[início](#)

- Moçambique: a expansão das plantações de árvores

No sudeste da África, Moçambique cintila como uma jóia brilhante na luz do sol da África

O litoral estende-se por centenas de quilômetros, o morno oceano Índico alimenta a abundância da vida tubarões areia e tubarões de Zambezi patrulham os recifes de coral, vivendo com sons em um espetáculo subaquático de uma ampla variedade de peixes coloridos, arraias mantas e tartarugas. peixes line fish, caranguejos, camarões, pitus e lagostins, esses ricos recursos alimentares estão disponíveis em Moçambique, e têm estado alimentado os moradores durante milhares de anos.

No interior há zonas úmidas, férteis pântanos, rios e lagos de água doce, filtrando e levando vida dando água que possibilita a agricultura e os negócios.

Moçambique é um dos últimos países remanescentes onde ainda é possível encontrar grandes animais andando livres tais como leões, elefantes e leopardos. Além dos recursos selvagens que fornece às comunidades que vivem nessas áreas, a presença desses animais fornece um enorme potencial ecoturístico, e decorrente deste crescimento os ecossistemas semi-selvagens funcionais estão sendo cada vez mais escassos.

Um dos maiores atrativos naturais de Moçambique é sua gente. A terra tem gerado líderes inspiradores, empresários bem-sucedidos, incríveis artistas e

empreendedores. Durante milhares de anos, a população tem cultivado e usado os recursos da terra, o antigo e histórico comércio é um testemunho da abundância da região.

Milhões de versáteis coqueiros podem ser encontrados ao longo de toda a região litorânea. Essas árvores providenciam abrigo, materiais de construção, fibras, alimentos e óleo valioso. Grandes mangueiras pontilham a paisagem em várias áreas, providenciando abundância de alimentos nutritivos para numerosos povos e animais, e o meio de vida para muitos.

Da mesma forma, cajueiros e seus deliciosas nozes produzidas abundantemente contribuíram para o atrativo de Moçambique como um país de delicatessens. O frango peri peri é um motivo para visitar Moçambique- deliciosamente preparado em um pequeno restaurante de estrada. Ou peixe “fresco do rio ou fresco da barragem” em Tetê. Mel natural vendida em garrafas no acostamento das estradas, cabras que são levadas ao mercado em Lichinga de bicicleta. Amendoins, assados ou crus, bananas, cana-de-açúcar no cruzamento de caminhos, uma abundância de alimentos e deleites culinários em cada canto.

Contudo- nas províncias de Zambezia, Niassa e Cabo del Gado as florestas naturais vêm sendo dizimadas- enormes quantidades de valiosa madeira são levadas para o leste. Florestas que foram usadas para fornecer madeira de forma sustentável para atender as demandas locais. Florestas que podiam providenciar alimento, abrigo, proteção e oportunidades para as pessoas e a vida silvestre da terra.

A despeito do desmatamento maciço, existe o senso de que a natureza é resiliente e que as florestas podem reabilitar e crescer com seu antigo esplendor e diversidade- porque a sementeira ainda está intata, quando a madeira é extraída, muita diversidade é deixada atrás algumas plantas sobrevivem- para crescer e viver novamente.

De acordo com os valiosos ensinamentos de Ricardo Carrere- “Reflorestamento é MUITO PIOR que o desflorestamento”- porque com ‘o desflorestamento, os silvicultores chegam- extraem os recursos madeireiros- e partem’... MAS quando uma paisagem natural é ‘reflorestada’ geralmente implica o estabelecimento de plantações de monoculturas de espécies exóticas para madeira. Essas árvores são plantadas- e elas permanecem. Nunca mais a região plantada poderá ser reabilitada para voltar a sua beleza anterior- nem sequer se importantes recursos financeiros forem usados para atingir tal objetivo.

As plantações industriais de madeira na região do sul da África estão formadas principalmente de espécies de eucaliptos e pinheiros. Essas plantações vêm sendo promovidas por corporações multinacionais cuja principal motivação é o lucro- e que precisam de centenas de milhares de hectares de terra para garantir o suficiente retorno do investimento.

O estabelecimento de plantações para madeira em grande escala tem um enorme custo para o ambiente- usa imensas quantidades de água, destrói a biodiversidade local e a integridade do ecossistema. O modelo extrativo leva finalmente ao empobrecimento dos solos e à erosão do solo em grande escala. As lavouras diversificadas em pequena escala tornam-se mais difíceis porque os recursos do

solo e da água diminuem conduzindo à menor produção de alimentos, insegurança, má nutrição e pobreza.

Tais impactos são claramente evidentes na vizinha África do Sul- onde milhões de hectares de plantações de espécies exóticas foram estabelecidos a fim de alimentar as exportações voltadas para as fábricas de celulose que empobrecem o ambiente e poluem o ar e os rios. Desapareceu a abundância e a diversidade natural das pradarias e os serviços de 'retenção da água' que providenciavam. Diminuiu a capacidade de pastagem das terras- afetando a tradicional cria de animais. Secaram os rios que alimentavam as pessoas das planícies costeiras e atravessavam o sul de Moçambique, já que o baixo fluxo nos meses secos do inverno não foi suficiente para alimentar a voracidade por água dessas árvores perenes e exóticas, sendo que as raízes dos eucaliptos penetram 50 m a mais no solo, dizimando os preciosos recursos hídricos.

Poucos trabalhadores arranjam bons empregos permanentes na indústria madeireira na África do Sul. Muito frequentemente os empregos são 'terceirizados'- e quando as árvores já estão plantadas exigem pouca intervenção de manejo, devido aos longos ciclos de rotação das árvores, de 9 a 15 anos. A indústria na África do Sul tornou-se cada vez mais mecanizada, e os equipamentos especializados de colheita substituíram os empregos de centenas de homens e mulheres na indústria.

As plantações de espécies exóticas são invasoras, e é tal o impacto nos recursos hídricos que as plantações foram classificadas como 'Atividades de Redução do Fluxo dos Cursos de Água' ou SFRA.

Por isso, 'deve ser solicitada uma licença ao departamento de Assuntos Hídricos. Algumas províncias na África do Sul, como Mpumalanga, têm excesso de solicitações com relação a alocações de água- o que fez muito difícil a obtenção de licenças para plantações na província.

As indústrias madeireiras da África do Sul agora estão considerando Moçambique para investir em plantações, e a empresa madeireira estatal 'Komatiland' já investiu em plantações nas províncias de Zambézia e Manhica. Da mesma forma, a Sappi está estudando a possibilidade de estabelecer plantações e uma fábrica de celulose na província de Zambézia.

Como os recursos territoriais estão se tornando escassos no mundo todo, as corporações multinacionais estão considerando os países do Sul a fim de aceder a recursos territoriais cultiváveis. Em uma conferência em Estocolmo, um industrial sueco afirmou: "Se você quiser que o eucalipto cresça rapidamente ... aprenda a falar português..." , o que contextualizando implica que Moçambique e Angola são as regiões que os investidores deveriam considerar para o estabelecimento de plantações para madeira.

E é assim que centenas de milhares de hectares das províncias de Niassa, Zambézia e Manhica em Moçambique estão vivenciando o perigoso fenômeno do 'reflorestamento'. Vastas plantações industriais principalmente de eucaliptos estão sendo estabelecidas por corporações multinacionais, que reclamam plantar 'florestas' mas na realidade estão causando a degradação da terra em uma escala nunca antes vivenciada.

Não podemos sentar em nossas casas com eletricidade, beber nossa água encanada, e reclamar que 'não há desenvolvimento', e apenas proteção ambiental. É um fato que há uma necessidade de 'desenvolvimento', de 'crescimento' e oportunidades para todos. Mas nós advertimos que as plantações de monoculturas no mundo todo têm mostrado impactos que devem ser abrangentemente considerados e debatidos com a completa participação das populações locais que serão afetadas pelas mudanças no uso das terras em seus ambientes.

Há alternativas de desenvolvimento que precisam ser avaliadas e podem ser muito mais benéficas para as populações e a terra. Os modelos de agricultura orgânica que geram mais empregos, segurança alimentar e resiliência à mudança climática. Os modelos de agricultura que não exigem que centenas de milhares de hectares sejam degradados, mas que podem ser aplicados em áreas muito menores e ainda ser financeiramente viáveis. Modelos de uso de terra que providenciem maior valor agregado, potencial de processamento e geração de empregos.

Idealmente, mais terra deve ser deixada 'semi-virgem' - mas usada - pelos muitos serviços que a natureza oferece. Então, Moçambique irá permanecer como um paraíso, um dos poucos lugares no mundo onde uma noite possa ser verdadeiramente silenciosa e onde as estrelas possam ser verdadeiramente brilhantes.

Por Philip Owen, Geosphere, email: owen@soft.co.za

[início](#)

- Dendezeiros em Benim: da produção em pequena escala por conta das mulheres à indústria corporativa em grande escala

Historicamente, o dendezeiro teve um importante papel em Benim, e as plantações de dendezeiros, em oposição ao crescimento natural das palmeiras, foram estabelecidas no século XIX para satisfazer a crescente demanda por óleo de dendê dos países de Ocidente, principalmente para abastecer as fábricas de sabão. Naquela época, o dendezeiro foi plantado em uma área estimada de 500.000 hectares em Benim, e o processo de produtos derivados era totalmente manual, realizado por mulheres produtoras em pequena escala.

O primeiro programa de industrialização no setor do dendezeiro foi lançado na década de 1950. O governo colonial investiu em instalações de processamento industrial em longa escala, e depois da independência em 1960, o governo nacional estabeleceu mais instalações com até maior capacidade, e plantou cerca de 30.000 hectares de mudas de dendê entre 1960 e 1974.

Mas as dificuldades logo chegaram, tanto internamente (diminuição nas chuvas e, portanto, nos rendimentos da produção de dendê, escasso manejo, etc.) quanto externamente (concorrência com países asiáticos, etc.). Esses fatores diminuíram a rentabilidade dos complexos industriais e desencorajaram o governo para continuar o desenvolvimento do setor industrial do dendê. Essas mesmas dificuldades

tiveram um impacto nas plantações em pequena escala, cuja área combinada, estimada em 500.000 hectares nos anos 1930 caiu a 300.000 hectares no final do século.

A criação de blocos de plantação entre 1960 e 1974 tem levado à desapropriação das terras de 17.000 camponeses agricultores, que deviam receber uma renda anual como compensação. Os agricultores consideraram insuficiente a renda oferecida, e reclamaram dos constantes atrasos nos pagamentos. Apesar dos protestos contra o programa que começou com as primeiras desapropriações, permaneceram apagados durante o “autoritário” regime político em Benim (1972-1990), mas ressurgiram com o retorno da democracia. Em 1993, depois de 2.000 hectares de plantações de dendezeiros serem destruídas pelos anteriores donos da terra, o governo decidiu triplicar a renda anual que lhes pagava. A produção de azeite de dendê responde por cerca de 20% do total da produção no setor, mas a maior parte é exportada. Em 2000, 83% do mercado local em Benim de azeite de dendê foi abastecido pelas milhares de mulheres produtoras em pequena escala (a produção industrial respondia por 7%, e o restante 10% era importado). A produção tradicional em pequena escala predominou durante o século, e foi adaptada com sucesso às condições que mudavam constantemente, tanto no tocante ao fornecimento (flutuações no volume de matéria-prima disponível) quanto à demanda (diversificação de mercado).

Até hoje, a produção tradicional em pequena escala do dendezeiro foi desenvolvida quase totalmente por mulheres, em forma individual ou às vezes com a ajuda de outros membros da família. As mulheres produtoras só usam técnicas manuais. Não ocorreu nenhum processo de concentração de mercado no setor, que permaneceu amplamente espalhado entre a população.

No início da década de 1990, o governo do Benim e seus financiadores decidiram optar por uma nova abordagem; as grandes instalações industriais de processamento sob manejo público tinham mostrado claramente suas limitações. Essas instalações foram privatizadas ao longo da década, e o apoio foi providenciado pela criação de pequenas operações privadas, através da distribuição de mudas selecionadas de dendezeiros e a promoção de maquinário de processamento. Um programa para a distribuição das mudas selecionadas de dendezeiro foi iniciado em 1993. Os viveiros particulares, autorizados e subsidiados pelo governo, vendem essas mudas ao público a preços fixos.

Uma nova categoria de atores surgiu no setor: plantadores de variedades selecionadas de dendezeiro. Sua estratégia é totalmente diferente da usada por aqueles que plantam dendezeiro de forma natural. Estes últimos combinam o cultivo de dendezeiro com a lavoura de subsistência, enquanto os primeiros tendem a especializar-se em dendezeiros e transformaram-se em “plantadores” em vez de “agricultores”. Sob as atuais condições no sul do Benim, onde agora é possível possuir terras, esses plantadores compram parcelas de terra que dedicam especificamente à plantação de dendezeiros. Os novos plantadores são quase todos homens. É incomum que as mulheres que produziam em pequena escala possam ter suas próprias plantações de dendezeiros. O status do dendezeiro como uma lavoura comercial, reforçado por um aspecto simbólico (com um

“símbolo de riqueza”) impulsionou um processo de crescente monopolização do setor por parte dos homens.

Esses plantadores homens são cientes dos lucros que podem tirar do processamento, especialmente se forem capazes de fazer estoques. Atualmente, um de cada dois plantadores guarda uma parte de sua produção e contrata as mulheres produtoras em pequena escala para processá-la. Durante a última década, as organizações de desenvolvimento apoiaram a distribuição do maquinário de processamento (prensas e misturadores) como parte de seu entusiasmo por melhorar a capacidade técnica.

Além dos benefícios econômicos, há também benefícios sociais. O proprietário de uma fábrica mecanizada beneficia-se de prestígio social se comparado com os plantadores que contratam mulheres para processar sua produção. É provável assim que o investimento dos plantadores do último segmento da cadeia de produção aumente ainda mais.

O crescente número de plantadores que processam suas produções tem um impacto direto sobre as mulheres produtoras em pequena escala: o volume de matéria-prima (fruto do dendezeiro) disponível para elas irá diminuir conseqüentemente. Como é mais comum que essas mulheres não sejam capazes de ser donas de suas próprias plantações, muitas podem encontrar-se excluídas do setor. E devido ao número de mulheres no sul do Benim que ganham parte de sua renda com a produção de óleo de dendê, o desenvolvimento da mecanização poderá ser problemático.

A diferença do setor industrial, que tem suas próprias redes de abastecimento e mercado, as pequenas fábricas semi- mecanizadas concorrem diretamente com as mulheres produtoras em pequena escala.

A conclusão que pode ser tirada deste cenário da situação é que o atual programa para o desenvolvimento do setor do dendezeiro, baseado na distribuição de mudas selecionadas e equipamento, beneficia apenas uma categoria de atores que na realidade foi criada: os “novos” proprietários privados de plantações. Esses plantadores que têm uma vantagem competitiva, em vários níveis, sobre as mulheres produtoras em pequena escala porque se beneficiam do acesso privilegiado à matéria-prima; suas técnicas de processamento mecanizadas permitem abaixar os preços de custos; e seus maiores volumes de produção permitem a venda em grandes quantidades, o que é mais atraente para os varejistas.

Conforme um estudo publicado em 2007, “Os planos para o desenvolvimento de uma indústria do agrocombustível no Benim têm forte suporte do governo, e constitui uma parte importante do Programa de Revitalização Agrícola do governo para o desenvolvimento econômico”

<http://www.africanbiodiversity.org/media/1210585739.pdf>

Na linha desses planos, o Benim recebeu visitas de vários grupos industriais da Malásia e da África do Sul que propuseram a transformação de 300.000 a 400.000 hectares nas zonas úmidas do sul do Benim [Ouémé, Plateau, Atlantic, Mono,

Couffo and Zou] para a produção de dendezeiro. (1)

Mais recentemente, um relatório (2) anunciou a visita de uma delegação de engenheiros agrícolas e empresários que pretendiam investir aproximadamente 2,15 milhões de dólares na indústria do azeite de dendê no Benim, durante os próximos cinco anos para aumentar a produção e mecanizar a indústria do dendezeiro.

Infelizmente, esses planos não consideraram o alerta do estudo acima mencionado: “Já existem várias plantações de monoculturas de dendezeiros no sul do Benim” que deveriam “servir como um alerta contra futuros desenvolvimentos, devido às complicações e dificuldades vivenciadas pelas comunidades que tentam vender seus produtos do dendezeiro.”

(1) Extraído e adaptado de “Oil palm in Africa: Past, present and future scenarios” Por Ricardo Carrere, WRM, dezembro de 2010, <http://www.wrm.org.uy/plantations/material/Palm2.pdf>

(2) “Chinese entrepreneurs to invest in Benin palm oil production”, por Serge-David Zoueme, publicado em Bloomberg, zsergedavid@bloomberg.net

[início](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- No Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores vamos definir a floresta com seu verdadeiro significado

No dia 21 de setembro, foram coordenadas várias atividades ao redor do mundo a fim de celebrar o Dia Internacional de Luta contra as Plantações de Árvores.

Para o WRM também é um dia para questionar a atual definição de floresta da FAO que tem implicações importantes e sérias uma vez que até uma monocultura de árvores exóticas é considerada uma floresta. É por isso que no dia 21 de setembro uma carta aberta assinada por mais de seiscentos cientistas do mundo inteiro foi apresentada à FAO para manifestar o desacordo com a definição de “floresta” da FAO e para apelar à organização a iniciar um processo de revisão de tal definição. As assinaturas serão recebidas até o dia 21 de setembro em <http://www.wrm.org.uy/forests/letter to the FAO.html>

Como parte das ações, um novo vídeo produzido pelo WRM foi lançado no dia 21 de setembro. “Florestas: muito mais do que um monte de árvores” reúne testemunhos de povos florestais ao redor do mundo que contam o que a floresta significa para eles, e está disponível em nosso site.

Também lançamos o novo documento informativo do WRM “A definição de floresta”, em que apresentamos os argumentos que nos levam a afirmar que devemos continuar questionando a FAO no tocante à forma em que esta agência financiada publicamente define a “floresta” e explicar como essa definição leva a constantes

impactos negativos sobre as vidas de um grande número de comunidades no mundo inteiro e debilita suas lutas para viver com dignidade.

O documento informativo, o vídeo e a lista final com as assinaturas estão disponíveis em nosso site no dia 21 de setembro. Fiquem ligados!

No Dia Internacional de Luta contra as Plantações de Árvores vamos resistir à expansão das plantações de monoculturas de árvores, vamos definir a floresta com seu verdadeiro significado.

[início](#)
